



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

### 1. Nome da Unidade curricular:

Direitos de Personalidade (TAN)

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral x Anual

Horas de Trabalho: \_\_\_\_\_

Créditos ECTS: \_\_\_\_\_

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

### 6. Conteúdos programáticos:

#### CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

#### § 1. UMA APROXIMAÇÃO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

1. A tutela da realidade pessoal
2. A dimensão ética da tutela
3. Os direitos de personalidade no séc. XXI
4. Direito ou direitos de personalidade?

#### § 2. A JURIDICIDADE DA REALIDADE PESSOAL

5. Sequência; conceito ôntico de personalidade
6. Critérios de juridicidade: a distinção entre o plano ôntico e o plano jurídico

#### § 3. PERSONALIDADE VS. CAPACIDADE JURÍDICA

7. A origem da distinção entre personalidade e capacidade jurídica
8. Revisão crítica: sobreposição conceptual
9. Cont.: contaminação valorativa
10. Cont.: o problema da relativização da personalidade e a universalidade sistemática dos conceitos
11. O retorno ao monismo conceptual
12. O destino da personalidade jurídica: perspetivas
13. Imputação concreta vs. imputabilidade abstrata de situações jurídicas

#### § 4. A TUTELA DA PERSONALIDADE E O DIREITO SUBJETIVO

14. Tutela objetiva ou subjetiva da personalidade?
15. Tutela civil, penal e constitucional da personalidade
16. A possibilidade do sujeito ser objeto do próprio direito
17. A questão na doutrina portuguesa: os direitos originários
18. Cont.: MANUEL DE ANDRADE e o Código Civil de 1966
19. Direito (geral) de personalidade vs. direitos (especiais) de personalidade

#### § 5. OS BENS DE PERSONALIDADE

20. Bens nucleares da personalidade



21. Bens periféricos da personalidade
22. A expansão da tutela: prespectivas e desafios

#### **§ 6. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE**

23. Sequência; cogência e eventualidade
24. Não-patrimonialidade e a indisponibilidade
25. Cont.: o critério da preponderância

### **CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DA TUTELA: A ORIGEM DO CONCEITO DE PESSOA**

#### **§ 7. A INVENÇÃO TEOLÓGICA DO CONCEITO**

26. A inexistência de persona na filosofia antiga
27. O contributo da teologia.

#### **§ 8. PERSONA DA TEOLOGIA TRINITÁRIA**

28. A Tradição Grega
29. A Tradição Latina.
30. A síntese agostiniana e a formulação de BOETHIUS.

#### **§ 9. PERSONA E CRISTOLOGIA**

#### **§ 10. PESSOA NA MODERNIDADE E A ANTROPOLOGIA DA SUBJETIVIDADE**

31. Sequência; o contexto cultural da filosofia moderna
32. O sujeito cartesiano.
33. A pessoa no empirismo inglês: LOCKE e HUME.
34. O Homem kantiano e do idealismo alemão
35. Sinopse: a «experiência da não realidade» da pessoa

#### **§ 11. ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA**

36. Existencialismos e personalismos
37. Uma nova «era antropológica»?

#### **§ 12. A TEORIA DE GÉNERO**

38. Do corpo-sujeito ao corpo-objeto
39. Masculinidade e a feminilidade; natureza vs. cultura
40. Origem histórica da teoria de género: sexo vs. género
41. Cont.: da medicina para as «ciências sociais e humanas»
42. O uso ideológico da teoria de género

### **CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DA REALIDADE PESSOAL**

#### **§ 13. AUTOPOSSESSÃO, IPSEIDADE E RELAÇÃO**

43. O Homem como distinctum subsistens
44. O Homem como distinctum subsistens respectivum
45. A vida como missão

#### **§ 14. A RADICAL UNIDADE ONTOLÓGICA DA PESSOA**

### **CAPÍTULO IV – A TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE**

#### **§ 15. AS PESSOAS FÍSICAS**

46. Sequência; diversas intensidades de tutela

#### **§ 16. O NASCITURO**

47. A relevância do nascimento
48. A solução do BGB e capacidade jurídica limitada do nascituro
49. A tradição portuguesa: do Código SEABRA ao atual Código Civil



- 50. A superação histórica do critério do nascimento
- 51. O nascimento como expansão da capacidade de gozo
- 52. O alcance normativo do art. 66.º/1
- 53. O não nascimento

#### **§ 17. A TUTELA POST MORTEM**

- 54. A natureza do bem jurídico protegido
- 55. A tutela post mortem na jurisprudência
- 56. Posição adoptada: o dano relacional
- 57. Cont.: a legitimidade prevista no n.º 2 do art. 71.º

#### **§ 18. AS PESSOAS COLETIVAS**

- 58. Sequência
- 59. As dissonâncias da jurisprudência
- 60. A natureza da pessoa coletiva: estrutura normativa da personificação
- 61. Cont.: dupla dimensão sistemática (tipo vs. conceito classificatório)
- 62. Posição adoptada
- 63. A projeção da personalidade singular na pessoa coletiva
- 64. Uma hipótese de Drittschadensliquidation?

### **CAPÍTULO V – O REGIME DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE**

#### **§ 19. LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS**

- 65. Sequência
- 66. Natureza e limites do negócio limitativo
- 67. O princípio da livre revogabilidade
- 68. Os menores e os maiores acompanhados

#### **§ 20. COLISÃO DE DIREITOS**

- 69. Sequência
- 70. Superioridade axiológica e bens de personalidade
- 71. Cont.: a relevância da identidade dos sujeitos
- 72. A mútua restrição no exercício

#### **§ 21. TUTELA PREVENTIVA E RESPONSABILIDADE CIVIL**

- 73. Tutela preventiva: as providências adequadas
- 74. Tutela ressarcitória: imputação de danos
- 75. O dano existencial
- 76. Cont.: a dimensão existencial da patrimonialidade
- 77. O dano relacional
- 78. Distinção das figuras

### **CAPÍTULO VI – A TUTELA NUCLEAR DA PERSONALIDADE**

#### **§ 22. O DIREITO À VIDA E À INTEGRIDADE FÍSICA**

- 79. A vida como bem jurídico
- 80. A indisponibilidade da vida: a ilicitude do suicídio e dos comportamentos de risco
- 81. A ilicitude da eutanásia
- 82. A ilicitude (civil) do aborto
- 83. A tutela da realidade embrionária e a PMA
- 84. A integridade física

#### **§ 23. O DANO-MORTE**

- 85. Sequência; a vexata quaestio
- 86. A evolução da jurisprudência
- 87. Posição adotada; dano-morte vs. danos causados pela morte
- 88. A legitimidade prevista no art. 496.º



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

**§ 24. A PRÓPRIA VIDA COMO DANO?**

- 89. Sequência
- 90. *Wrongful pregnancy*
- 91. *Wrongful birth e wrongful life*
- 92. A experiência portuguesa
- 93. Cont.: os acórdãos do STJ, de 17-jan.-2013 e de 12-mar.-2015
- 94. A inadmissibilidade da pretensão à «não existência»
- 95. A posição jurídica dos pais: *wrongful pregnancy* e dano existencial
- 96. Cont.: os casos de *wrongful birth e wrongful life*

**§ 25. O DIREITO À IDENTIDADE**

- 97. O conhecimento das origens e as relações constitutivas do sujeito

**§ 26. O DIREITO À PRIVACIDADE**

- 98. A reserva da intimidade
- 99. Cont.: teoria das esferas e comportamentos performativos
- 100. Os media e os contratos relativos à vida privada (*Verträge über Privatsphäre*)

**§ 27. O DIREITO À HONRA**

- 101. A honra enquanto bem jurídico
- 102. Conflitos típicos com liberdades fundamentais
- 103. Coordenadas da jurisprudência
- 104. Um direito ao esquecimento?

**7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

**8. Metodologias de ensino:**

**9. Avaliação:**

**10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**

**11. Bibliografia principal:**

DIOGO COSTA GONÇALVES, *Lições de Direitos de Personalidade*, 2022.

**12. Observações:**

**NOTA:** este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular Unit Sheet

### 1. Curricular Unit Name:

Personality Rights

### 2. Complementary Information:

Duration: Semester  Annual

Work hours: \_\_\_\_\_

Credits ECTS: \_\_\_\_\_

### 3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Prof. Dr. Diogo Costa Gonçalves

### 4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

### 5. Learning outcomes of the curricular unit:

### 6. Syllabus:

#### CHAPTER I – INTRODUCTION

#### § 1. AN APPROACH TO PERSONALITY RIGHTS

1. The protection of personal reality
2. The ethical dimension of protection
3. Personality rights in the 21st century
4. Personality right or rights?

#### § 2. THE LEGALITY OF PERSONAL REALITY

5. Sequence; ontic concept of personality
6. Criteria of legality: the distinction between the ontic and legal planes

#### § 3. PERSONALITY VS. LEGAL CAPACITY

7. The origin of the distinction between personality and legal capacity
8. Critical review: conceptual overlap
9. Cont.: value contamination
10. Cont.: the problem of the relativization of personality and the systematic universality of concepts
11. The return to conceptual monism
12. The fate of legal personality: perspectives
13. Concrete imputation vs. abstract imputability of legal situations

#### § 4. THE PROTECTION OF PERSONALITY AND SUBJECTIVE RIGHTS

14. Objective or subjective protection of personality?
15. Civil, criminal, and constitutional protection of personality
16. The possibility of the subject being the object of the right itself
17. The issue in Portuguese doctrine: original rights
18. Cont.: MANUEL DE ANDRADE and the Civil Code of 1966
19. (General) right of personality vs. (special) rights of personality

#### § 5. THE ASSETS OF PERSONALITY

20. Core assets of personality



21. Peripheral assets of personality
22. The expansion of guardianship: perspectives and challenges

#### § 6. CHARACTERISTICS OF PERSONALITY RIGHTS

23. Sequence; cogence and eventuality
24. Non-patrimoniality and unavailability
25. Cont.: the criterion of preponderance

### CHAPTER II – ANTHROPOLOGICAL FOUNDATIONS OF GUARDIANSHIP: THE ORIGIN OF THE CONCEPT OF PERSON

#### § 7. THE THEOLOGICAL INVENTION OF THE CONCEPT

26. The absence of persona in ancient philosophy
27. The contribution of theology.

#### § 8. PERSONA IN TRINITARIAN THEOLOGY

28. The Greek Tradition
29. The Latin Tradition.
30. The Augustinian synthesis and the formulation of BOETHIUS.

#### § 9. PERSONA AND CHRISTOLOGY

#### § 10. PERSON IN MODERNITY AND THE ANTHROPOLOGY OF SUBJECTIVITY

31. Sequence; the cultural context of modern philosophy
32. The Cartesian subject.
33. The person in English empiricism: LOCKE and HUME.
34. Kantian man and German idealism
35. Synopsis: the “experience of non-reality” of the person

#### § 11. CONTEMPORARY ANTHROPOLOGY

36. Existentialisms and personalisms
37. A new “anthropological era”?

#### § 12. GENDER THEORY

38. From body-subject to body-object
39. Masculinity and femininity; nature vs. culture
40. Historical origin of gender theory: sex vs. gender
41. Cont.: from medicine to the “social and human sciences”
42. The ideological use of gender theory

### CHAPTER III – THE EXPERIENCE OF PERSONAL REALITY

#### § 13. SELF-POSSESSION, IPSEITY, AND RELATIONSHIP

43. Man as distinctum subsistens
44. Man as distinctum subsistens respectivum
45. Life as a mission

#### § 14. THE RADICAL ONTOLOGICAL UNITY OF THE PERSON

### CHAPTER IV – THE TITLE TO PERSONALITY RIGHTS

#### § 15. NATURAL PERSONS

46. Sequence; varying degrees of guardianship

#### § 16. THE UNBORN CHILD

47. The relevance of birth
48. The BGB solution and the limited legal capacity of the unborn child
49. The Portuguese tradition: from the SEABRA Code to the current Civil Code



- 50. The historical overcoming of the birth criterion
- 51. Birth as an expansion of the capacity to enjoy rights
- 52. The normative scope of Article 66/1
- 53. Non-birth

§ 17. POST MORTEM PROTECTION

- 54. The nature of the protected legal right
- 55. Post-mortem guardianship in case law
- 56. Position adopted: relational damage
- 57. Cont.: the legitimacy provided for in Article 71(2)

§ 18. LEGAL ENTITIES

- 58. Sequence
- 59. The inconsistencies in case law
- 60. The nature of the legal person: normative structure of personification
- 61. Cont.: dual systematic dimension (type vs. classificatory concept)
- 62. Position adopted
- 63. The projection of singular personality onto the legal person
- 64. A hypothesis of Drittschadensliquidation?

CHAPTER V – THE REGIME OF PERSONALITY RIGHTS

§ 19. VOLUNTARY LIMITATIONS

- 65. Sequence
- 66. Nature and limits of the limiting transaction
- 67. The principle of free revocability
- 68. Minors and accompanied adults

§ 20. CONFLICT OF RIGHTS

- 69. Sequence
- 70. Axiological superiority and personality rights
- 71. Cont.: the relevance of the identity of the subjects
- 72. Mutual restriction in the exercise

§ 21. PREVENTIVE PROTECTION AND CIVIL LIABILITY

- 73. Preventive protection: appropriate measures
- 74. Compensatory protection: attribution of damages
- 75. Existential damage
- 76. Cont.: the existential dimension of patrimony
- 77. Relational damage
- 78. Distinction between figures

CHAPTER VI – THE NUCLEAR PROTECTION OF PERSONALITY

§ 22. THE RIGHT TO LIFE AND PHYSICAL INTEGRITY

- 79. Life as a legal right
- 80. The unavailability of life: the illegality of suicide and risky behavior
- 81. The illegality of euthanasia
- 82. The (civil) unlawfulness of abortion
- 83. The protection of embryonic reality and assisted reproductive technology (ART)
- 84. Physical integrity

§ 23. DEATH DAMAGES

- 85. Sequence; the vexata quaestio
- 86. The evolution of case law
- 87. Position adopted; wrongful death vs. damages caused by death
- 88. The legitimacy provided for in Article 496



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

§ 24. LIFE ITSELF AS DAMAGE?

- 89. Sequence
- 90. Wrongful pregnancy
- 91. Wrongful birth and wrongful life
- 92. The Portuguese experience
- 93. Cont.: the judgments of the Supreme Court of Justice, of January 17, 2013, and March 12, 2015
- 94. The inadmissibility of the claim to “non-existence”
- 95. The legal position of parents: wrongful pregnancy and existential damage
- 96. Cont.: cases of wrongful birth and wrongful life

§ 25. THE RIGHT TO IDENTITY

- 97. Knowledge of one's origins and the relationships that constitute the subject

§ 26. THE RIGHT TO PRIVACY

- 98. The reserve of intimacy
- 99. Cont.: theory of spheres and performative behaviors
- 100. The media and contracts relating to private life (Verträge über Privatsphäre)

§ 27. THE RIGHT TO HONOR

- 101. Honor as a legal right
- 102. Typical conflicts with fundamental freedoms
- 103. Coordinates of case law
- 104. A right to be forgotten?

**7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:**

**8. Teaching methodologies (including evaluation):**

**9. Evaluation:**

**10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:**

**11: Main Bibliography:**

DIOGO COSTA GONÇALVES, *Lições de Direitos de Personalidade*, 2022.

**12: Remarks:**

**NOTE:** this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.